

O EIXO DA DESINFORMAÇÃO

POSTS DE POLÍTICOS AMPLIFICAM FAKE NEWS CONTESTADAS POR AUTORIDADES



LEISA MARQUELO E
GUILHERME CANTANO
em diálogo com
os deputados

Passadas duas semanas desde o início das fortes chuvas no Rio Grande do Sul, autoridades e sociedade civil têm lidado com mais uma batalha além dos impactos físicos da tragédia: a desinformação. Levantamento do GLOBO localizou ao menos vinte notícias falsas diferentes que circularam neste período, amplificadas por políticos e artistas. Apenas as postagens originais tiveram 13,4 milhões de visualizações, segundo dados públicos das plataformas.

Ontem, na Câmara dos Deputados, sete deputados federais se tornaram alvo de representação judicial movida pelo PSOL por propagação de fake news durante sessão na Casa, segundo informou a colunista Bela Megale, do GLOBO. São eles Felipe Martins (PL-TO), Gilvan da Federal (PL-ES), Paulo Bilyuskyj (PL-SP), Caroline de Toni (PL-SC), General Girão (PL-RN), Coronel Assis (União-MT) e Coronel Ulysses (União-AC).

— Além do potencial de causar pânico e alarmar a população, as notícias falsas podem atrapalhar ações de resgate, colocar em risco a segurança das pessoas ou até mesmo impedir o acesso a mantimentos e medicamentos — afirma a pesquisadora Leticia Capone do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Internet e Política da PUC-Rio.

Diante da propagação, o governo federal lançou no último domingo uma campanha de conscientização. Na semana passada, o governo já havia solicitado que a Polícia Federal instaurasse inquérito contra deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e senador Cleitinho Azevedo (República-MG) e o influenciador Pablo Marçal por publicações sobre as chuvas. O filho do ex-presidente Jair Bolsonaro



Eduardo Bolsonaro. Inquérito aberto na PF



Cleitinho. Senador propagou post sobre doações



Jorginho. Governador divulgou muitas a caminhões

DE DOAÇÕES À SAÚDE



Parlamentares, como o senador Cleitinho Azevedo (República-MG) e o deputado Felipe Martins (PL-TO), propagaram

nas redes que caminhões estavam sendo impedidos de entrar no estado. Outras mensagens diziam que doações sem nota fiscal estavam sendo barradas e que veículos eram multados, que foi contestado pelas autoridades.

O QUE DIZEM

ANTT

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) esclareceu que, neste período emergencial, não está retendo veículos de carga nas vias de acesso ao Rio Grande do Sul. Não há solicitação de nota fiscal e nem aplicação de multas sobre veículos que transportam donativos.

Governo do RS

A Defesa Civil informa que agentes não pedem doações em residências e que uma nova conta bancária foi criada para gerir os recursos. Tebet afirmou que era preciso fazer um levantamento das demandas antes de enviar o recurso, mas não disse que o dinheiro não seria enviado.

Anvisa e Ministério da Saúde

Segundo as autoridades, os profissionais e as clínicas seguem em exercício. A Anvisa esclarece que os medicamentos estão chegando ao estado e o Ministério da Saúde diz que as vacinas foram repostas no dia cinco de maio.

ra para afirmar que barcos e moto aquáticas estariam sendo parados para comprovar documentação. Em vídeo, o coronel Douglas Soares, subcomandante geral da Brigada Militar, afirma que a instituição não está verificando nenhum tipo de autorização para pilotar embarcação.

SERVIÇO DE CHEGADA

Entre as fake news que mais repercutiram, destaca-se uma postagem feita pelo deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) afirmando que apenas o Ministério da Saúde pode repor os medicamentos em falta no estado. O parlamentar cita, em especial, a insulina, usada em tratamentos de diabetes. Dias antes, a Anvisa já havia se posicionado sobre o tema afirmando que não há empecilhos para doações de medicamentos.

Neste mesmo tema, deputados como Gustavo Gayer (PL-GO) e Paulo Bilyuskyj (PL-SP) afirmaram que médicos teriam sido impedidos de trabalhar e que vacinas estão em falta no estado. Ambas as declarações já foram desmentidas. O PT acionou o Ministério Público contra Gayer.

— Não há desabastecimento de vacina ao estado do Rio Grande do Sul. Fake news seguem tentando promover caos — diz a ministra da Saúde Nísia Trindade.

As doações também são alvo de notícias falsas. Sobre a criação do Pix oficial, duas notícias refutadas pelas autoridades foram criadas: a de que a Defesa Civil estava indo até casas de moradores pedir doações e de que o dinheiro seria utilizado pelo próprio governo. Em suas redes sociais, a vereadora de Fortaleza, Priscila Costa (PL), pediu aos seus seguidores para fazerem doações a igrejas e colocou em xeque o pix oficial.

Veículos jornalísticos que trabalham com checagem de notícias detectaram uma explosão no número de denúncias de conteúdo falso sobre as enchentes. A Agência Lupa, por exemplo, vem recebendo cerca de 300 pedidos de checagem diariamente apenas em seu canal no WhatsApp — o dobro da média, e quantidade comparável ao período eleitoral.

Diante de necessidade de disseminar ao máximo informações e conteúdo de serviço sobre a calamidade, a Editora Globo liberou o acesso a todos os leitores às reportagens produzidas por O GLOBO e Valor Econômico sobre as enchentes. A decisão repete o que foi feito durante a pandemia.

Justiça manda vereador excluir notícia falsa sobre doações

Tribunal gaúcho determinou remoção de post; Barroso cobra plataformas

JULIA NOVA
em diálogo com
os deputados

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul determinou a remoção de uma postagem do vereador Jonas Dalagna (PP), de Canoas, em que acusava o prefeito Jairo Jorge (PSD), de bloquear doações às vítimas das enchentes no estado. Em seu despacho, o juiz Patrícia Pereira Krebs Tonet considera que os decretos feitos inicialmente pelo prefeito eram confusos e que não deixavam claro que a determinação seria para bens de "atacadistas, lojas de de-

partamentos, e outras pessoas jurídicas de grande porte". Por conta disso, Patrícia disse que "houve comoção nas redes sociais, com veiculação de notícias alarmantes a respeito da possibilidade de apropriação de donativos pela prefeitura, o que presumivelmente deve ter acarretado a perda de credibilidade do município".

Com a atualização do decreto, a juíza entendeu que a postagem do vereador deveria ser considerada uma fake news e pediu a remoção do conteúdo ao Facebook em um prazo de 24 horas.

A Justiça considerou que

"qualquer veiculação referida de que há ato administrativo formalizado e publicado prevendo o confisco de doações configura, efetivamente, fake news, o que deve ser cobido de forma contundente".

CRÍTICAS DE BARROSO

Ontem, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luis Roberto Barroso, pediu que as plataformas digitais tenham "solidariedade" com a tragédia após profusão de fake news sobre a tragédia climática.

— A proliferação de fake news em relação à tragédia climática no Sul é uma demo-



Cidade alagada. Homem navega pelas ruas de Canoas, uma das cidades atingidas pelas enchentes

ta de espírito. É uma perverção da alma alguém fazer maldades com uma situação que já é tão grave — afirmou. No momento sensível como esse que estamos vivendo, nós precisamos de uma solidariedade geral, inclusive das plataformas digitais.

O ministro participou do J20, evento com representantes das Cortes superiores dos países do G20 da União Africana para discutir inclusão social no Judiciário e desenvolvimento sustentável. Barroso afirmou ainda que, em uma semana, o STF, com a

contribuição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conseguiu destinar R\$ 106 milhões à Defesa Civil gaúcha. Os recursos viriam de acúmulos de recursos de penas pecuniárias — pagamento previsto em casos de crimes de menor potencial ofensivo.